



Caderno Administrativo
Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região

DIÁRIO ELETRÔNICO DA JUSTIÇA DO TRABALHO

PODER JUDICIÁRIO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Nº2934/2020

Data da disponibilização: Segunda-feira, 16 de Março de 2020.

<p>Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região</p> <p>Desembargador JOSÉ MURILO DE MORAIS Presidente</p> <p>Desembargador FERNANDO LUIZ GONÇALVES RIOS NETO 1º Vice-Presidente</p> <p>Desembargadora CAMILLA GUIMARÃES PEREIRA ZEIDLER 2ª Vice-Presidente</p> <p>Desembargadora ANA MARIA AMORIM REBOUÇAS Corregedora</p> <p>Desembargadora MARISTELA ÍRIS DA SILVA MALHEIROS Vice-Corregedora</p>	<p>AVENIDA GETÚLIO VARGAS, 225, FUNCIONÁRIOS, BELO HORIZONTE/MG CEP: 30112900</p> <p>Telefone(s) : (31) 3228-7000</p>
---	---

Presidência

Portaria

Portaria

Suspensao das audiencias e correicoes

PORTARIA CONJUNTA GP/CR/VCR N. 112, DE 16 DE MARÇO DE 2020.

Dispõe sobre a suspensão das audiências e correições nos órgãos judiciários de 1º grau, no período de 17 a 31 de março de 2020, e dá outras providências.

O PRESIDENTE, a CORREGEDORA e a VICE-CORREGEDORA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO a confirmação de casos de pessoas infectadas pelo novo coronavírus (COVID-19) no Estado de Minas Gerais, bem como o crescimento de casos de pessoas infectadas nos demais Estados da Região Sudeste;

CONSIDERANDO a necessidade de reduzir o risco de contágio da população;

CONSIDERANDO as deliberações entre os órgãos administrativos deste Tribunal, em reunião realizada em 16.03.2020;

RESOLVEM:

Art. 1º Suspender a realização de audiências e correições no âmbito do primeiro grau e dos Centro Judiciário de Métodos Consensuais e Solução de Disputas (CEJUSC) de primeiro e segundo graus, no período de 17 a 31 de março de 2020.

Parágrafo único - As audiências e correições designadas para o período referido no caput serão oportunamente remarçadas pelo Juízo competente e pela Corregedoria, com posterior intimação das partes para ciência.

Art. 2º O expediente interno fica mantido em todas as unidades judiciárias e administrativas da Justiça do Trabalho da 3ª Região, devendo ser dada preferência ao trabalho remoto, em especial aos servidores dos seguintes grupos, conforme ajuste com a chefia imediata, em cumprimento à

Portaria GP N. 109/2020, de 13 de março de 2020:

I gestantes e lactantes;

II - portadores de doenças crônicas comprovadas por laudo ou relatório médico;

III - maiores de 60 (sessenta) anos.

§ 2º No prazo de suspensão das audiências e correições, os Magistrados atuarão nos processos, com prolação de sentenças, decisões e despachos.

Art. 3º Durante o período previsto no art. 1º, os Oficiais de Justiça que tenham que cumprir mandados em áreas de risco de contaminação, tais como hospitais e em outros locais com aglomeração de pessoas, devem solicitar a dilação do prazo do cumprimento.

Art. 4º O contato das partes e advogados com as unidades judiciárias e administrativas deverá ser realizado preferencialmente por telefone, conforme números de contato disponíveis no site do TRT3 (<https://portal.trt3.jus.br/internet/contato/telefones-e-enderecos>).

Art. 5º Os prazos processuais não serão interrompidos ou suspensos, devendo os casos excepcionais ser submetidos à análise do Magistrado.

Art. 6º Ficam mantidas as disposições da Recomendação Nº GCR/GVCR/01/2020 e da Portaria GP N. 109/2020 não conflitantes com esta Portaria.

Art. 7º Esta Portaria Conjunta entra em vigor na data de sua publicação.

(a) JOSÉ MURILO DE MORAIS
Desembargador Presidente

(a) ANA MARIA AMORIM REBOUÇAS
Desembargadora Corregedora

(a) MARISTELA ÍRIS DA SILVA MALHEIROS
Desembargadora Vice-Corregedora

Resolução

Resolução

Conversão de autos físicos em processos eletrônicos

RESOLUÇÃO CONJUNTA GP/CR/VCR N. 138, DE 13 DE MARÇO DE 2020.

Dispõe sobre a conversão de autos físicos em processos eletrônicos, módulo Cadastramento da Liquidação, Execução e Conhecimento (CLEC), no Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, e dá outras providências.

O PRESIDENTE, a CORREGEDORA e a VICE-CORREGEDORA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 41 a 50 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, que disciplinam a migração de processos físicos para o Sistema PJe, e nos arts. 181 a 184 da mesma Consolidação, que instituem o Selo "100% PJe";

CONSIDERANDO o Ato n. 7/GCGJT, de 21 de fevereiro de 2020, que prorrogou até 31 de maio de 2020 o prazo estabelecido no art. 181 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho para a migração integral pelos Tribunais Regionais do Trabalho de seus acervos de processos físicos para o Sistema PJe;

CONSIDERANDO a Resolução Conjunta GP/CR n. 112, de 1º de julho de 2019, que dispõe sobre a conversão de autos físicos em processos eletrônicos, módulo Cadastramento da Liquidação, Execução e Conhecimento (CLEC), nas Varas do Trabalho da 3ª Região;

CONSIDERANDO que remanescem milhares de processos físicos pendentes no primeiro e no segundo grau de jurisdição passíveis de migração para o Sistema PJe ou de regularização da tramitação e dos andamentos, em inobservância à determinação da CGJT e aos princípios da celeridade, economicidade e produtividade, norteadores da atuação da Justiça do Trabalho no país;

RESOLVEM:

Art. 1º Fica prorrogado até 31 de maio de 2020 o prazo previsto no art. 2º, inciso VI, da Resolução Conjunta GP/CR n. 112, de 1º de julho de